



ACÓRDÃO Nº146/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10529/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Itamarati.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Haroldo Gomes Maia (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Antonio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu Caporazzi – OAB/AM 4447, Fabricia Teliéle Cradoso dos Santos – OAB/AM 8446, Eurismar Matos da Silva - OAB/AM 9221 e Ênia Jéssica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3045/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itamarati. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itamarati, exercício 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Haroldo Gomes Maia**, Presidente e Ordenador de Despesa à época, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas "b", da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas "b" e "e", da Resolução nº 04/2002.

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Haroldo Gomes Maia**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Itamarati, sob o exercício de 2016, no valor de **R\$ 165.705,32** (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e cinco reais e trinta e dois centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução



ACÓRDÃO Nº146/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas descritas nos itens 14, 15, 20 e 22, do Relatório Conclusivo nº 56/2021-DICAMI (fls. 652/723) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – Principal – Alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Haroldo Gomes Maia no valor de **R\$20.000,00** (Vinte mil reais) em conformidade com o previsto no art. 54, inciso VI, da Lei nº. 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas impropriedades descritas nos itens 03, 04, 05, 07, 10, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, do Relatório Conclusivo nº 56/2021 – DICAMI (fls. 652/723) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução



ACÓRDÃO Nº146/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Haroldo Gomes Maia no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) nos termos do art. 308, inciso I, “a”, da Resolução TCE/AM nº 04/2002 c/c art. 54, inciso I, alínea “a” da Lei nº 2.423/96-LO-TCE/AM, pelas impropriedades descritas nos itens 01 e 22, do Relatório Conclusivo nº 56/2021 – DICAMI (fls. 652/723) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Recomendar a Câmara Municipal de Itamarati, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.5.1. Providencie normativo legal para criação do Controle Interno na Câmara Municipal, considerando que somente houve a apresentação da Portaria nº 011/2012-GP/SSA, de 19/11/2012, dispõe sobre a criação de cargo em Comissão, e reestrutura o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Itamarati e dá outras providências, onde consta o cargo comissionado de Controlador Interno.

10.5.2. Nos próximos certames licitatórios, de acordo com o art. 38, V, da Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação indique nas Atas, as deliberações relativas aos convidados participantes,



ACÓRDÃO Nº146/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

em especial aquelas que definiram o valor da contratação.

10.5.3. Doravante, adote as medidas necessárias ao recebimento do duodécimo até o dia 20 de cada mês, conforme art. 168 da Constituição Federal, oficiando a Prefeitura sobre as datas limites dos repasses.

10.5.4. Observe as normas de direito financeiro e orçamentário definidas pela Lei Federal nº 4.320/64 que trata do percentual máximo de 10% do valor do Grupo de Contas para contas genéricas (Resolução CFC N.º 1.133/08 - Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis);

10.5.5. A realização de toda movimentação financeira, obrigatoriamente, por meio de instituição financeira, atendendo as regras de direito financeiro definidas pela Lei 4320/64, cuja inobservância acarretarão a não aceitação das justificativas futuras, com consequente responsabilização e reflexos nas prestações de contas respectivas;

10.5.6. A exoneração do servidor em situação de nepotismo, conforme apontado no Relatório/Voto, enviando a esta Corte de Contas as medidas adotadas e os resultados alcançados;

10.5.7. Que proceda a correção de informações do quantitativo de servidores da Câmara Municipal de Itamarati, conforme tratado nesta restrição, e os consequentes recolhimentos previdenciários (patronal/segurado);

10.6. Determinar o envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual – MPE, na forma do art. 114, inciso III, da Lei Estadual 2.423/96, para que adote, no âmbito de sua competência, as medidas que entender cabíveis, acerca dos fatos ocorridos sem prejuízo da verificação da prática de ato de improbidade administrativa.

10.7. Determinar a remessa de cópia dos autos à Receita Federal do Brasil quanto à ausência de informações do quantitativo de servidores da Câmara Municipal de Itamarati e consequente recolhimentos previdenciários (patronal/segurado).

10.8. Dar ciência a **Sr. Haroldo Gomes Maia** e seus respectivos patronos acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova



ACÓRDÃO Nº146/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

notificação aos interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM);

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral